

Lógica histórica, sujeito e criação: temas de pesquisa na história do Brasil, séculos XIX e XX

Historical logic, agents and creation: research issues in Brazilian history,
19th and 20th Centuries

Regina Horta Duarte

Professora Titular
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
reginahd@uai.com.br
Avenida Antonio Carlos, 6627 - Pampulha
Belo Horizonte - MG
30310-770
Brasil

Resumo

A partir do enfoque de uma trajetória individual de pesquisa e ensino da história do Brasil, argumenta-se a pertinência de uma reflexão teórica que abranja lógica, sujeito e criação históricos. A renovação do saber histórico nas últimas três décadas, através da exploração desses temas, reafirmou a história como um conhecimento transformador, útil à vida e relevante para os desafios contemporâneos.

115

Palavras-chave

Conhecimento histórico; Historiografia; Tempo histórico.

Abstract

The article focuses on an individual experience of research and teaching Brazilian history. It argues the pertinence of a theoretical study based in three issues: historical logic, agents and creation. Over the last three decades, the approach of these themes renewed History and pointed it as a relevant knowledge in face of contemporary challenges.

Keywords

Historical knowledge; Historiography; Historical time.

Enviado em: 26/05/2010

Aprovado em: 25/06/2010

Balanço de uma trajetória¹

Há 26 anos, tive a atenção despertada por uma referência encontrada no livro *Nem Pátria, nem patrão*, de Francisco Foot Hardman. Esse autor cita o mineiro Avelino Fóscolo e o aponta como caso raro de militância anarquista no Brasil das primeiras décadas do século XX fora do eixo Rio-São Paulo. Indica ainda sua colaboração em jornais anarquistas de São Paulo e a publicação de romances de cunho libertário, mas também de peças de teatro e de um jornal anarquista, editado em pleno sertão de Minas Gerais, no povoado de Taboleiro Grande, atual cidade de Paraopeba (HARDMAN 1983, p. 120-121).

Já nos primeiros passos da pesquisa, a excepcionalidade de Fóscolo apresentou-se fascinante. Nasceu em Sabará, em 1864, filho natural de uma costureira. Órfão aos 11 anos, trabalhou na Mina de Morro Velho, em Congonhas de Sabará, hoje Nova Lima, Minas Gerais. Ali assistiu ao espetáculo da Companhia de Quadros Vivos Keller, dirigida por um norte-americano. Deslumbrado pelas apresentações dos artistas e certamente desejoso de livrar-se das duras condições de trabalho na mina, o pequeno Avelino pediu aos mambembes que o levassem. Foi aceito e passou alguns anos perambulando como artista. Em 1886, viajando por Minas Gerais, Avelino voltou para Sabará. Ali, além de trabalhar no comércio, envolveu-se nos movimentos republicano e abolicionista, atuou na imprensa local, escreveu e publicou seu primeiro romance, montou peças de teatro. Admirava Zola, Flaubert, Guerra Junqueiro, George Sand, Victor Hugo e Júlio Verne. Conheceu sua futura mulher, que realizava na cidade o curso de normalista. Para casar-se, cumpriu a exigência do sogro de mudar-se para Taboleiro Grande, na região central de Minas, e aprendeu com ele o ofício de farmacêutico. A poucos quilômetros, funcionava uma das primeiras fábricas de Minas Gerais, a Cedro e Cachoeira de Tecidos. Ao longo dos anos, Fóscolo enfrentou conflitos com a poderosa família Mascarenhas, proprietária dessa fábrica, delineou redes de solidariedade com os moradores locais (especialmente os operários), desiludiu-se com os rumos da República e abraçou o anarquismo. Sua atuação destacou-se no plano cultural, simpático às teses do comunismo libertário que propugnavam a transformação cultural como etapa primordial do processo revolucionário. Fundou *A Nova Era*, jornal libertário, organizou uma biblioteca aberta a todos, vendeu livros de Elisée Reclus e Kropotkin a preços módicos em sua farmácia, publicou romances de conteúdo revolucionário, montou um teatro amador, dirigiu peças e nelas atuou, construiu redes de comunicação com o movimento anarquista internacional e nacional (FRIEIRO 1960; LUIZETTO 1984, p. 190-192; MALARD 1987; DUARTE 1991).

Avelino Fóscolo constituiu-se como objeto de pesquisa passível de abrigar algumas indagações especialmente relevantes no contexto historiográfico da década de 1980. Sua eleição como tema de pesquisa foi certamente alimentada pela ressonância, nos meios acadêmicos brasileiros, de obras de Carlo Ginzburg

¹ O presente texto resulta do seminário apresentado no concurso para professor titular em história do Brasil, Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 9 de março de 2010. Agradeço os comentários da banca, formada pelos professores Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Helena Capelato, Marieta de Moraes Ferreira, Eliana Dutra e Sidney Chaloub.

(1987), Natalie Davis (1987) e Georges Duby (1987). Esses trabalhos abriram rico caminho para a abordagem histórica de biografias. Também fui estimulada pelo enfoque da cultura como prática social transformadora por autores como Thompson (1981), Jacques Le Goff (1985), Chartier (1988), Michelle Perrot (1988) e Robert Darnton (1986), dentre tantos outros. O tema abria-se ao diálogo com a vertiginosa renovação da história dos movimentos sociais, assim como à crítica ao estruturalismo e suas consequências para o pensamento e a escrita da história. A história de um militante anarquista como Avelino Fóscolo implicava a reflexão sobre a lógica específica da história, instigava a abordagem do papel do sujeito na história e me colocou frente a frente com o tema da criação.

Anos depois, ao rever minha própria trajetória como professora e pesquisadora, percebo como esses três temas estimularam minhas indagações, alimentaram minhas reflexões e justificaram a escolha apaixonada pela história. A lógica histórica, o sujeito e a criação são como três fios que, urdidos, deram sustentação às minhas pesquisas – a militância libertária de Avelino Fóscolo, os artistas de circo e teatro que percorreram Minas Gerais no século XIX, o sonho republicano de Teófilo Otoni de fundar Filadélfia nas densas matas do Vale do Mucuri, as vigorosas populações indígenas habitantes nessas mesmas matas – assim como às minhas práticas na formação de professores e pesquisadores. A seguir, pretendo argumentar a pertinência de uma reflexão teórica que abranja história, sujeito e criação. Postulo que a renovação do saber histórico nas últimas décadas através da exploração desses temas – nos quais insiro meus trabalhos – reafirmou a história como um conhecimento transformador, útil à vida e, sobretudo, relevante para as lutas e desafios que o nosso tempo nos coloca a cada dia.

Na sequência, tratarei de cada uma dessas três questões, privilegiando, sucessivamente, um tema específico de pesquisa. Para abordar a especificidade da história, privilegiarei o estudo do anarquismo no seio da renovação dos estudos históricos sobre os movimentos sociais na década de 1980. Acerca dos sujeitos históricos, a história do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, no século XIX apresenta-se como terreno fértil para reflexão. A criação será discutida desde a perspectiva aberta pelos estudos sobre os espetáculos de circo e teatro no século XIX. Como conclusão, apresento algumas respostas possíveis para a questão da utilidade dos estudos históricos e do papel da pesquisa e do ensino da história.

A afirmação da lógica histórica

Para discutir o primeiro fio condutor dos referidos temas de pesquisa (a história e a especificidade de sua lógica), voltarei ao contexto historiográfico da década de 1980, com destaque para a situação nos meios intelectuais brasileiros. Abordarei aqui, portanto, o *lugar social* do historiador na escrita da história (CERTEAU 1982, p. 66).

Esses anos podem ser caracterizados como momento de rica movimentação política e intelectual. O país vivia a ascensão dos movimentos

sociais, e a produção historiográfica brasileira da época expressa esse clima de euforia e renovação, assim como de esperança de transformação. Certos eventos foram decisivos para que muitos historiadores brasileiros – entre outros intelectuais – instrumentalizassem novas leituras e conceitos para interpretar a movimentação pela qual passava a sociedade. Nela ecoavam vozes de operários, estudantes, mulheres, negros e homossexuais, em demandas de poder a repercutir as lutas de uma sociedade instituinte, obrigando os discursos acadêmicos a se desdobrarem num profundo questionamento das vertentes de análise então predominantes e que se mostravam insuficientes para a compreensão dos eventos históricos em curso. A renovação teórica realizava-se em diálogo com inúmeras rupturas e criações. O contexto de vigor político excedia o espaço de partidos e sindicatos, e emergia no interior das fábricas, universidades, periferias urbanas, áreas rurais, reservas indígenas e comunidades de base. Enfim, a própria sociedade explicitava sua heterogeneidade e implementava, através de ações, uma concepção renovada de luta política, mesclada às ações culturais e sociais. A partir daí, realizava-se a crítica de modelos e paradigmas, independentemente de se originarem de teorias de direita ou de esquerda. As práticas culturais e a vida cotidiana emergiram não mais como apêndices ou como elementos “superestruturais”, mas passaram a ser inseparáveis da transformação social e consideradas em sua importância política. A história dos trabalhadores, escravos incluídos, foi verdadeiramente reescrita por autores como Francisco Foot Hardman (1983), Michael Hall (HALL & PINHEIRO, 1979), Maria Celia Paoli (1987, p. 53-102), Kazumi Munakata (1981), Sidney Chalhoub (1986; 2001), Silvia Lara (1989, p. 4-19), Claudio Batalha (1986), Eliana Dutra, Yonne Grossi (DUTRA & GROSSI 1988, p. 77-108; GROSSI 1981) e tantos outros.

As greves de 1978 colocaram a autogestão na ordem do dia, questionaram na prática a condução das lutas por partidos ou lideranças burocráticas, puseram em xeque a neutralidade da técnica, assim como a separação entre trabalho manual e intelectual (MARONI 1982, p. 69-98; CHAUI 1981, p. 3-14). O contexto político estimulava a reflexão sobre formas de contestação social alternativas aos esquemas de uma esquerda ortodoxa, favorecendo um novo olhar sobre o anarquismo, antes rejeitado por interpretações marxistas como um “pré” movimento operário, de tonalidades pequeno-burguesas e distantes da suposta “verdade revolucionária”.

Deslumbrados, e com toda a razão. Assim Maria Célia Paoli definiu, positivamente (incluindo a si própria), os intelectuais e pesquisadores no Brasil da década de 1980, com a emergência de outras falas e novos atores em cena (PAOLI 1987, p. 53). Sidney Chalhoub refere-se a um momento histórico raro, “desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva” (CHALHOUB 2001, p. v). A demolição das análises tradicionais não se devia à evolução interna de categorias, mas especialmente à emergência concreta de movimentos sociais. Nessas condições, alguns autores se tornaram referências importantes para os historiadores brasileiros, certamente não como uma “importação de teorias”, mas

como uma leitura ativa, um diálogo dinâmico em prol da renovação da escrita da história.

É o caso da obra do historiador inglês Edward Thompson, que alcançou uma recepção enorme no Brasil. Data de 1981 a tradução brasileira de *A miséria da teoria* (do original inglês de 1978), obra devastadora contra a influência do estruturalismo de Althusser, argumentando a incompatibilidade entre a rigidez dos seus esquemas explicativos e a lógica histórica. Marcado pelas determinações, pela falta de elasticidade, pela consideração da necessidade como camisa de força e, sobretudo, pela negação contundente do sujeito histórico, o estruturalismo, segundo Thompson, significava a morte da escrita da história. Esse historiador afirma ainda a pertinência de uma "lógica histórica" característica e adequada às especificidades desse conhecimento. A história encontra-se longe das possibilidades de verificação experimental, não tem a garantia da existência de causas suficientes, não está sob o jugo exclusivo da necessidade ou de leis regulares, pois lida constantemente com a contingência (THOMPSON 1981, p. 47-61).

Mas se como afirma o autor, a história não conhece verbos regulares, nem por isso seu discurso e sua escrita abdicam da pretensão de oferecer explicações e possibilitar a compreensão do passado.

No caso de minha pesquisa sobre Avelino Fóscolo (DUARTE 1991), sua trajetória apresentava-se muito condizente com o contexto geral de fins do século XIX e início do XX. Como tantos outros anarquistas – a exemplo de Edgard Leuenroth e Benjamim Mota, líderes importantes do movimento em São Paulo – Fóscolo vinha das fileiras republicanas e tinha vínculos com a maçonaria. Também em consonância com vários outros anarquistas, cultivava o anticlericalismo, partilhava leituras dos mesmos teóricos libertários, exercitava o estilo literário naturalista e apostava no poder revolucionário das práticas culturais, como o teatro, a literatura, a imprensa e a educação. Mesmo o seu declínio a partir de meados da década de 1920 afinou-se à perda de espaço dos anarquistas nos movimentos de contestação social. Assim, era um homem de seu tempo, e as condições históricas em que atuou são importantes para a compreensão de sua trajetória, ao mesmo tempo em que o estudo de sua biografia ganha sentido para o historiador na medida em que possibilita um debate sobre o mundo em que ele viveu, sobre a sociedade brasileira e, especialmente, sobre a sociedade mineira daqueles anos. Fóscolo se movimentava numa sociedade de tradição escravista e latifundiária, na qual predominavam elites ligadas à agroexportação e sob a hegemonia de instituições republicanas liberal-oligárquicas.

Evidenciam-se assim as condições que podem ser evocadas na busca de compreensão histórica. Entretanto, essas são somente "causalidades *soft*" ou "necessidades fracas", nos termos propostos pelo filósofo Ivan Domingues. Tal "causalidade *soft*" diferencia-se das amarras coercitivas e de sujeição presentes na busca de esquemas causais rígidos. Ela considera a permanência e o instituído, admite esquemas de repetição ao mesmo tempo em que valoriza os acontecimentos

no que eles têm de novo e contingente, destaca a emergência da multiplicidade no devir temporal. Cornelius Castoriadis, por sua vez, ressalta a distinção entre causas e condições, afirmando que, se o surgimento do novo não pode ser explicado por causas ou determinações suficientes, nem por isso deixa de realizar-se em certas condições que podem e devem ser consideradas pela história (DOMINGUES 1996, p. 110-114; CASTORIADIS 1992, p. 281-287; 1982, p. 273).

Fóscolo partilhava das necessidades, faltas e desejos de sua época, e muito do interesse que pode despertar em nós decorre dessa condição. Mas justamente no que excedia tais condições reside a importância de sua atuação, e essa tensão possibilita ao historiador privilegiar simultaneamente a necessidade e a contingência, a continuidade e a mudança, a repetição e a diferença, o instituído e o instituinte.

Não desejei destacá-lo do conjunto da sociedade, para um estudo de caso, e enquadrá-lo logo a seguir, demonstrando que mesmo a mais surpreendente de suas iniciativas poderia ser remetida ao seu contexto.² Importava compreender o caminho próprio de exercício da rebeldia, a maneira como Fóscolo foi capaz de articular uma vivência libertária singular, atuando sozinho no sertão mineiro, atento à questão da terra e propugnador de uma revolução cujas soluções incluíam os territórios rurais para a transformação da sociedade, enfoque este que o diferenciou muito da maioria dos anarquistas atuantes no Brasil.

A experiência republicana da década de 1880 contou com a participação de vários dos futuros militantes anarquistas, e Fóscolo é um dos muitos casos. Os anos que antecederam a Proclamação da República tinham uma riqueza de possibilidades que não pode ser esquecida pelo historiador (MELLO 2007). Havia muitos projetos de República em jogo, concepções diferentes do que devia ou não valer nas instituições a serem construídas, interesses em confronto, indefinição dos rumos a serem percorridos. No decorrer desse enfrentamento, parecia plausível a cada um desses grupos que suas propostas teriam chances de prevalecer.

A miríade de possibilidades em jogo em cada momento do passado integra outro aspecto essencial da explicação histórica. O pesquisador debruça-se sobre os documentos, e neles investiga pontos de partida, movimentações e chegada. Entretanto, em cada momento dessa trajetória reconstituída, o futuro não estava dado, havia campos diversos de possibilidades, as contingências por vezes surgiam como elemento perturbador, os vários atores históricos disputavam seus interesses, nem sempre os homens agiam racionalmente, eventos naturais independentes da ação humana exerciam papel muitas vezes decisivo.

Desde a consideração da lógica histórica, o caso de Avelino Fóscolo e as pesquisas para construir sua trajetória evidenciavam-no como ser de carência

² Risco contra o qual alerta Albuquerque Júnior (2007, p. 105).

e de desejo, submetido às necessidades, dependente do contexto em que viveu. Simultaneamente, tornavam visível como ele foi agente, propositor, ser de artifício e de invenção: sujeito histórico. Aqui, o sujeito emerge como segundo ponto primordial para a minha reflexão.

Sujeito e história

Não me refiro ao sujeito autoconsciente, subjetividade cartesiana do “eu penso”, abstração filosófica que Michel Foucault criticou como fonte das quimeras de uma reflexão geral positiva e filosófica sobre o homem. “Uma figura que não tem dois séculos” – escreveu em *As palavras e as coisas*, em 1966 – e que desapareceria assim que o saber ocidental encontrasse novas formas (FOUCAULT 2000, p. xxi). Refiro-me aqui ao sujeito social histórico, amalgamado ao mundo, constituído no devir temporal e nas relações sociais.

A questão do sujeito é fundamental na obra de Thompson, que articulou esse tema à sua contestação ao estruturalismo. Segundo ele, na obsessão da “teoria perfeita” de Althusser, constituíram-se “sistemas teóricos autossuficientes, autoexplicativos, autoextrapolantes” nos quais homens e mulheres apareciam como vetores da história, mas nunca como seus autores (THOMPSON 1981, p. 57). Contra isso, o historiador inglês evoca o conceito de “experiência humana”. Homens e mulheres retornam à análise como sujeitos. Insisto, mais uma vez: não como consciências autônomas ou indivíduos livres e independentes da sociedade na qual vivem, mas pessoas que, em situações de necessidade e antagonismos, elaboram práticas cotidianas e culturais de forma complexa e, muitas vezes, agem sobre o contexto em que vivem, transformando a sociedade ao longo do tempo.

A perspectiva da ação dos sujeitos a desenvolver-se no seio das relações sociais mostrou-se essencial na compreensão da história do Vale do Mucuri no século XIX. Meu primeiro contato com o tema ocorreu casualmente no Arquivo Público Mineiro, quando buscava informações sobre circos e teatros. Na seção dos Municípios Mineiros encontrei dados sobre a concessão, em 1847, pelo governo da província de Minas, para a Companhia do Vale do Mucuri, proposta pelos irmãos Teófilo e Honório Otoni. A pesquisa evidenciaria como o Vale do Mucuri foi palco de um mosaico de encontros protagonizados por atores históricos movidos por diferentes necessidades, expectativas e planos. Intensos conflitos sociais na região envolveram autoridades do governo, fazendeiros ávidos de novas terras, viajantes estrangeiros, soldados, imigrantes europeus, índios nômades, empreendedores como Teófilo Otoni, frades capuchinhos, engenheiros, diretores de índios, homens pobres livres, escravos de origem africana (LEI n. 332, 1847, p. 63-65; DUARTE 1998a, p. 109-120; 2002, p. 13-38; 2004, p. 31-58; WEYRAUCH 1997; ARAUJO 2007).

A ação dos governantes mantinha coerência com políticas de desbravamento de áreas ínvias do território e projetos de construção de estradas e navegação de rios que viabilizassem a movimentação de pessoas, bens e mercadorias. Em 1808, D. João declarou guerra aos indígenas que impediam o

avanço da conquista sobre regiões de florestas do leste de Minas Gerais. Em Carta Régia, determinava o combate ininterrupto até que os indígenas reconhecessem a superioridade das armas reais e se submetessem ao jugo das leis. Essa guerra, na realidade, coroava a ação de inúmeros homens que viviam nas imediações daquelas matas, e que desde cerca de 1760 – como mostra o historiador Hal Langfur – já pressionavam pela sua conquista, entrando em conflitos com as diversas populações indígenas que ali habitavam (LANGFUR 2002, p. 215-256; DUARTE 1998b, p. 33-54).

Ao longo dos anos, quartéis foram construídos em pontos minimamente desbravados, e alguns soldados realizavam o serviço de vigilância. O recrutamento incidia sobre a massa de homens pobres livres, e o serviço militar oferecia precárias condições de pagamento de soldo, sem fornecimento dos apetrechos necessários, por vezes sem suprimento básico de armas e munição. Esses soldados viviam isolados na borda das matas, integrando episódios de violência entre conquistadores e índios. Agiam como senhores absolutos nos territórios sem lei: realizavam emboscadas nas aldeias indígenas, assassinavam os homens e alimentavam os cães com seus cadáveres, escravizavam as crianças, violentavam as mulheres.

No caso específico do Vale do Mucuri, as primeiras iniciativas de ocupação datam de fins do século XVIII, com expedições que adentravam a mata e inicialmente retornavam fracassadas após combates com os indígenas. Em 1829, uma grande expedição foi organizada por um fazendeiro de Minas Novas, reunindo homens livres, escravos e guias indígenas, também sem obter sucesso. Em 1836, o presidente da província de Minas contratou o engenheiro Victor Renault com a missão de investigar um bom sítio para uma colônia de degredados. Percorrendo a região das cabeceiras de alguns afluentes do Mucuri, Renault escreveu relato otimista, acenando com a possibilidade de conquista dos territórios além, cuja fertilidade afigurava-se promissora. Para tanto, avisava, seria indispensável antes dominar os botocudos, nome genérico dado a vários povos que enfeitavam os lábios inferiores e os lóbulos das orelhas com botoques, pedaços circulares de madeira (RENAULT 1903, p. 1.049-1.070).

Aqueles territórios de mata tropical eram caracterizados pela densidade da vegetação em vários estratos enredados por cipoais. Na primeira metade do século XVIII, aos olhos das autoridades, essa impenetrabilidade constituiu útil zona tampão contra possíveis rotas de tráfico de metais preciosos. A região foi representada como área destituída de ocupação humana, domínio de feras (e nessa categoria incluíam-se os indígenas), abrigo de doenças e febres mortais. Habitavam ali vários grupos macro-jê, povos nômades caçadores e coletores, que se autodiferenciavam como malalis, macunis, machakalis, naknenuks, aranaus, bakuês, biturunas, jiporoks. Havia disputas e guerras entre as populações indígenas, acirradas à medida que o avanço das fazendas e da conquista diminuía o território disponível para sua vida nômade, acarretando escassez da caça e da coleta.

Desses grupos, os mais aguerridos na defesa de seus territórios foram os

botocudos, sempre apontados como violentos canibais em narrativas que descrevem a prática como um prazer macabro de bestas de apetite incontrolável. As imagens desses índios como limítrofes entre o animal e o humano foram construídas por intermédio de boatos muitas vezes fantasiosos de suas ações, documentos de poderosos locais e autoridades, e relatos de viajantes. Tinham uma cultura guerreira. Impressionavam pela sua habilidade no manejo do arco e flecha, sua capacidade de sobreviver nos locais mais inóspitos da mata, resistentes aos mosquitos e às doenças febris, suas artimanhas para mesclarem-se à paisagem sem serem percebidos. Detinham conhecimentos que lhes possibilitavam refugiar-se na floresta, obter alimento e água, decifrar rastros, distinguir os vários sons e precaver-se contra perigos. No enfrentamento dos inimigos, desenvolveram táticas de guerrilha, usando a surpresa como estratégia. Segundo o viajante Maximilian Von Wied, suas vitórias eram obtidas exclusivamente à custa de astúcia (MAXIMILIAN 1989, p. 259; DUARTE 1998b; RIBEIRO 1993, p. 71-81). Com o uso preciso do arco, sua adaptação cultural à mata e a criação de táticas guerrilheiras, os botocudos foram inimigos difíceis de combater e se apresentaram como significativo obstáculo à conquista.

Na década de 1840, a ocupação efetiva da região seria iniciada pela Companhia do Vale do Mucuri. Foi pela mudança de estratégia em relação aos indígenas que Teófilo Otoni obteve bons resultados. Crítico da brutalidade com que os indígenas eram tratados, envolveu-se pessoalmente nos contatos com líderes botocudos e obteve suas autorizações para avançar em troca de promessas de paz, ferramentas, presentes e alimentos. Na ocasião, uma derrubada originou três fazendas, com mais de 150 escravos, e o terreno para a construção da freguesia de Filadélfia (OTONI 1858, p. 173-215). Tal paz seria um engodo. Se o período em que Otoni dirigiu a companhia conheceu relativa trégua nos combates, o avanço sobre os territórios em breve se mostrou insaciável, e os conflitos ao longo das décadas seguintes retomaram a violência brutal. Apesar da inegável existência de escravização indígena, citada em várias fontes, essa não se constituía como móvel da conquista. Os objetivos eram as terras, a exploração de madeiras valiosas, a criação de estradas articuladas à navegação dos rios que encurtassem o caminho entre o centro da província de Minas e o litoral (CUNHA 1982, p. 171; 1992, p. 9-25; MATTOS 2004; LANGFUR 2002, p. 227).

Otoni nasceu em 1807 numa família do Serro marcada pela tradição política liberal e pelos empreendimentos comerciais. Desde menino, ajudava o pai nas lides com tropas. Seu pai decidiu mandá-lo estudar no Rio de Janeiro. Teófilo enfronhou-se nos debates políticos, abraçou o republicanismo de colorações americanistas, admirador incondicional de Thomas Jefferson. Foi personagem ativo nos eventos em torno da Abdicação, dedicado às ações pela descentralização na Regência, defensor de práticas de cidadania e representação política. Participou da articulação pela maioria diante do avanço regressista e combateu ardorosamente em 1842, colhendo amarga derrota. Depois da anistia aos rebeldes, em 1844, dedicou-se às atividades da Companhia do Mucuri.

É importante pensar tal empreendimento sob seu viés político. Em 1847, Otoni convidou os principais proprietários de Minas Novas para uma expedição na região. A imensa maioria não apenas aceitou, como tomou a si uma parte dos custos da viagem. Filadélfia – atual cidade de Teófilo Otoni – foi estabelecida em 1852. Otoni a batizou em homenagem à cidade norte-americana, fundada em 1682 pelo *quaker* Willian Penn, o qual garantiu liberdade de culto, proteção da propriedade, julgamento por júri, estabelecimento de um código de leis e um tratado de paz com os nativos. A intenção de Otoni foi estabelecer um paralelo entre a história norte-americana e suas ações para fundar uma cidade de pioneiros. Entre 1847 e 1861, sob sua liderança, foram construídas 50 léguas de estradas regulares, uma linha de navegação a vapor ligando as comarcas do norte de Minas ao Rio de Janeiro, três freguesias (Filadélfia, Capelinha e Jacury) com mais de 25 mil habitantes e diversos núcleos de colonização europeia (DUARTE 2002, p. 109-120; OTONI 1861).

Para o povoamento da região, Otoni empreendeu a captação de imigrantes na Europa, e o Vale do Mucuri recebeu madeirenses, franceses, belgas, holandeses, alguns chineses, suíços, prussianos e austríacos. Muitos acreditavam dirigir-se à Filadélfia norte-americana. Após semanas de travessia pelo Atlântico, iam do Rio de Janeiro à Bahia, de onde viajavam cerca de seis dias pela mata. Segundo relatos escritos, o último trecho constituía-se numa experiência limite, na qual o simples fato de sobreviver já era um acontecimento. Os imigrantes estranhavam as paisagens, o calor, a mata, os insetos, as mudanças bruscas nos hábitos alimentares. O desconhecimento dos parasitas e da maneira de lidar com eles podia ser fatal: muitos morreram de infecção generalizada por bichos de pé. Essas condições seriam agravadas pela seca de 1858, que acarretou escassez de alimentos e carestia. A chegada de novos colonos fazia-se descontroladamente. Muitos se queixavam do autoritarismo dos engenheiros responsáveis e da omissão de Otoni. Este, por sua vez, acusava os colonos de não trabalharem com afinco e de se entregarem ao alcoolismo (WEYRAUCH 1997, p. 268-278; DUARTE 2002, p. 36; OTONI 1859, p. 49-55). O suposto paraíso tropical de abundância e promessa transformou-se num cenário infernal de doença, desilusão, fome e morte.

A grave situação gerou uma polêmica internacional. Em 1859, o viajante Robert Avé-Lallemant visitou Filadélfia e publicou denúncias em Hamburgo, implorando às autoridades que impedissem novas levas de emigração para o Brasil. O suíço Von Tschudi também publicou relato sobre o Mucuri, isentando a Companhia de culpa e apostando nas oportunidades para imigrantes na região. O emissário do governo imperial inocentou a direção da Companhia, mas D. Pedro II decidiu por sua encampação em 1861 (AVÉ-LALLEMANT 1980, p. 138-268; TSCHUDI 1988, p. 131-132; NUNES 1860, p. 58-72).

Para compreender a história do Mucuri é preciso considerar uma miríade de relações: entre as diversas populações indígenas; entre índios, fazendeiros, comerciantes e exploradores de madeira; entre imigrantes e a direção da companhia; entre Otoni e o governo imperial; entre imigrantes e índios, e várias

outras. Homens e mulheres enfrentavam condições não apenas históricas, mas também naturais: a floresta tropical apresentava-se como ambiente inóspito para os que chegavam. No seio dessas condições homens livres, índios, imigrantes e escravos construíram identidades, defenderam seus interesses em contraposição aos outros, conferiram significados para o território, modificaram paisagens, desenvolveram conhecimentos e práticas.

A ação humana possibilita perceber a realização histórica, no tempo, da criação e da transformação. É certo que a criação não abrange tudo: há permanências, e muitas vezes as ações não fazem mais que reatualizar o passado e reforçar escolhas antigas. Afinal, o Vale do Mucuri permaneceu latifundiário, escravista, devastador em relação à natureza, violento e socialmente injusto. Sempre costumo dizer que a história do Vale do Mucuri é muito triste. Isso nos leva ao terceiro tema deste ensaio, a criação histórica. E, desde já, é possível dizer que ela não envolve progressos, não é absoluta (ou seja, nem tudo é criação) e, principalmente, ela não é necessariamente “boa” ou positiva.

A criação histórica

A história, ao evidenciar a criação no tempo, apresenta a possibilidade de enfrentar uma das mais delicadas questões da condição humana, a saber, o enfrentamento da morte. Se, como argumentei, a criação surge em certas condições, ela não o faz segundo determinações que a precedem e a esgotam. A criação implica o surgimento de outras formas, do que não existia antes, a passagem do *nada* ao *ser*. Avaliar a criação é, portanto, avaliar a vida, tornar possível pensar a emergência, o nascimento, o ser que é *vir a ser* pelo tempo e inseparável do tempo (CASTORIADIS 1987, p. 280-285; 1992, p. 261-292). Podemos reafirmar aqui a clássica definição de Marc Bloch da história como o conhecimento sobre os homens *no tempo* (BLOCH s.d., p. 29).

A constatação da criação e do surgimento da alteridade tem, entretanto, um preço. Para admitirmos a passagem do nada ao ser – e com isso, tornar plausível a efetiva transformação da sociedade – é preciso aceitar a passagem do ser ao nada, ou seja, enfrentar a morte e o caráter efêmero das coisas. Isso não é fácil, e o abismo da nossa própria finitude nos ameaça desde a tenra infância. Lembrarei aqui uma passagem marcante do filme *A fita branca*, de Michael Haneke, quando um pequeno menino descobre a dura realidade da morte durante uma conversa com sua irmã, na qual lhe pergunta o que é a morte, como e quando se morre. Através das respostas de sua querida Anni, compreende subitamente o motivo da ausência da mãe e constata que todos irão morrer e que contra isso não há defesa: seu pai, sua irmã, as pessoas do vilarejo em que vive e, finalmente, ele próprio. Em poucos minutos, sua expressão é tomada pela angústia até que, enfurecido, atira no chão seu prato de comida (HANEKE 2009).

Enfrentamos mal a morte, e muito da filosofia, da religião e certamente da ciência tenta nos garantir algum conforto, oferecendo-nos respostas completas, certezas absolutas, explicações coesas e ordenadas. A vida certamente

abriga racionalidades e certezas – um primeiro exemplo reside na certeza da morte – mas é também domínio do aleatório, do errático, da emergência da alteridade e, tantas vezes, do mais completo caos (MLODINOW 2009, p. 11-29; MONOD 2006, p. 18, 56).

O estudo da história, ao lidar com o tempo, coloca-nos diante do abismo, num tempo que nos escandaliza e desafia a sede de completude e a desconfiança em relação ao novo. Nosso terror da morte é tão grande que – para negá-la e obscurecermos a passagem do *ser* ao *nada* – tantas vezes sucumbimos à tentação de negar a passagem do *nada* ao *ser*, abdicando da possibilidade de considerar a criação histórica (DOMINGUES 1996, p. 18). É claro que incluir o tema da criação na reflexão sobre a história não é propriamente uma solução, nem traz muitas garantias. Instaura, na realidade, um novo patamar de responsabilidade, pois o que será criado não significa necessariamente um avanço (já que a história não é progressiva), e pode também não corresponder aos valores e práticas sociais que gostaríamos de ver prevalecer (VOLKER, CORDEIRO & PURI 1981, p. 76). São criações a democracia grega antiga, o pensar filosófico, a imprensa, a universidade, o “Cravo bem temperado” de Bach, o cinema, a demolição do muro de Berlim, a internet. Mas também a Inquisição, a guilhotina, Auschwitz, as armas químicas, o sistema carcerário brasileiro (CASTORIADIS 1987, p. 52).

Seja como for, a criação se oferece ao historiador como ponto estimulante de reflexão. Assim, a história do menino Avelino, encantado com um espetáculo de mambembes e aceito como novo membro da *troupe* constituiu-se numa grande surpresa para mim. A partir desse evento, a pesquisa documental descortinou um intenso movimento de companhias ambulantes e evidenciou como os espetáculos de circo e teatro foram uma criação cultural vigorosa na sociedade mineira do século XIX.

As transformações da província de Minas delineavam-se em torno do fortalecimento de uma economia agrícola e escravista, movimentada por tropas e pela constituição de atividades políticas decisivas no âmbito do Império do Brasil. Em torno da crescente hegemonia dos ideais de civilização e da constituição de uma Nação moderna nos moldes europeus, delineava-se o projeto de conciliar um estilo de vida sedentário com a organização de meios de comunicação e transporte de bens, mercadorias e pessoas, sistematizando e otimizando as movimentações econômicas e sociais entre pontos definidos do território (DUARTE 1995, p. 40-76; LENHARO 1993).

Através da consulta a leis mineiras e imperiais, relatórios de presidentes da província, relatos de viajantes, memorialistas, posturas municipais e imprensa, foi possível acompanhar múltiplas ações empreendidas por diversos atores. Tais iniciativas tiveram maior ou menor alcance, algumas delas não obtiveram nenhum sucesso, mas os argumentos e práticas em sua projeção eram como a ponta do *iceberg* do projeto de civilização em curso. Propunham o mapeamento do território; a estatística da população; a unificação de pesos e medidas e sua efetiva utilização cotidiana nas mais variadas localidades; a obediência a regras

de urbanização; a construção de estradas viáveis e a navegação dos rios; a atenção às condições sanitárias das populações; o controle da vadiagem e do banditismo; o estímulo às atividades de agricultura e pecuária como meio de formar uma população de homens fixos à terra e voltados para o trabalho e o respeito à propriedade; o controle dos indígenas pelo trabalho e pela catequese; a construção histórica de uma identidade para os mineiros que lhes atribuía características como sobriedade, prudência, calma, amor à segurança, gosto pela ordem e pela estabilidade, religiosidade, apego à família, senso econômico e austeridade.

A sociedade mineira viveu ascendente elogio dos ideais civilizadores. Certamente esse não era um movimento homogêneo, e seus atores tantas vezes lutaram por diferentes projetos de nação. Entretanto, havia movimentações radicalmente dissonantes e tensas, delineadas nos trajetos desviantes de homens e mulheres que partilhavam um estilo de vida nômade, escorregadios às iniciativas de alcance civilizador e disciplinar: ciganos, vagabundos, escravos fugidos, índios guerreiros, mas também artistas de circo e teatro. Sem estabelecerem rumos muito definidos, perambulavam ao sabor das possibilidades que se abriam ao longo dos caminhos.

As práticas culturais instauradas pelas companhias de teatro e circo frustram qualquer perspectiva determinista de compreensão. É impossível remetê-las a um contexto que as explique suficientemente. Seria também inadequado entendê-las como contraposição, resistência ou resposta aos projetos de civilização ascendentes. Sua análise exige ainda a disponibilidade intelectual de abandonar lógicas dicotômicas, para percebê-las nas ambiguidades de suas várias faces.

Os artistas eram como bárbaros, vagabundos sem vínculos sociais claros, no seu ir e vir por estradas empoeiradas, sem teto fixo, párias no exercício de uma profissão marginal. Homens de procedência duvidosa e mulheres de vida livre, cujas roupas, hábitos, gestos e comportamentos diferentes causavam grande perturbação.

Eram também civilizadores, pois exerciam vigorosamente funções de produção, transformação e difusão cultural. Sempre se apresentavam como conhecedores de outras cidades e países, desfiavam um rol de pessoas importantes para as quais tinham se apresentado, mostravam-se elegantes, com poses e vestes invejadas, veiculando modas, linguajares, penteados, posturas corporais. Muitas vezes, conseguiram se impor como ídolos amados e admirados, lembrados por suas capacidades de dar vida real aos personagens em *performances* inesquecíveis.

Chegavam como invasores, causando turbulência no cotidiano pacato das cidades e vilarejos. O clima de excitação dominava as ruas desde o "cartaz", quando o palhaço percorria as ruas com grande alarido, seguido de um cortejo de crianças alucinadas, anunciando o espetáculo de forma contagiante. Certamente os artistas despertavam receios e estimulavam preconceitos, ao mesmo tempo em que se apresentavam absolutamente fascinantes. Acenavam

com possibilidades de uma vida de trajetos surpreendentes e bastante aleatórios, em oposição às rotinas estabelecidas e previsíveis. Proporcionavam momentos de alegria, surpresa, emoção, curiosidade, criação, vivências musicais e histórias fascinantes. Entre os habitantes, espalhavam-se boatos de antigas fugas de crianças, de paixões avassaladoras a desestabilizar os lares. Quando finalmente encerrava-se a temporada e os artistas anunciavam sua partida, arrumando seus cacarecos em cima dos lombos dos burros, insinuavam-se desejos íntimos, inconfessáveis de seguir com eles, ou ainda a esperança de seu breve retorno.

Os circos, rivais imbatíveis das companhias de teatro, desvendavam um mundo de magia, regido por uma lógica especial em que a ilusão, o simulacro, a surpresa e o riso levavam a plateia ao delírio. Prestidigitadores eram tanto mais admirados quanto mais capazes de iludir e enganar, dando vida a objetos inanimados, confundindo identidades, desafiando a morte, a gravidade, os limites comumente aceitos pela razão. Lindas moças levavam os homens à loucura, rodopiando em círculos no dorso dos cavalos, braços e pernas bem marcados pela malha fina. Animais domésticos agiam como humanos, feras temíveis obedeciam aos domadores, trapezistas desafiavam a gravidade em saltos mortais de tirar o fôlego, contorcionistas assumiam posturas inacreditáveis. No circo, o corpo parecia ilimitado, pleno de criatividade, simultaneamente grotesco e sublime.

A presença dos artistas e a "suspensão" da normalidade não implicavam o reforço da ordem estabelecida, tão logo a companhia seguisse seu caminho, tal como algumas análises sociológicas interpretam eventos festivos (DUVIGNAUD 1983; SANCHIS 1983, p. 33). Ir ao teatro e ao circo constituía-se como experiência instituinte³ – artística e cultural – da qual homens e mulheres saíam renovados, transformados, inquietos. Na sociedade mineira do século XIX, os artistas agiram como elemento de criação e mudança. Desafiavam o tédio, desfilavam seus corpos poderosos e sensuais, levavam a plateia às gargalhadas estrondosas, mas também ao choro copioso. Fundiam coisas, animais e homens, mesclavam vida e morte. Naquelas noites circenses e teatrais, emoção e arte se conjugavam criando novos significados e ampliando expectativas. No mundo civilizado em que, como afirmou Freud, os homens trocaram uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança (FREUD 1997, p. 72), o romantismo, a aventura e o mistério atribuídos à vida dos artistas estimulavam a possibilidade de escolhas que privilegiassem a felicidade em detrimento da segurança.

128

Da utilidade dos estudos históricos

Além do caráter decisivo das reflexões sobre a lógica histórica, o sujeito e a criação para as práticas de pesquisa – o que procurei demonstrar revisitando trabalhos anteriores –, é importante ainda apontar sua importância na formação de professores. Afinal, serão nossos alunos os futuros difusores de uma sensibilidade

³ E aqui, a ideia de uma sociedade instituinte refere-se diretamente aos conceitos de Castoriadis (1982, p. 222ss).

e conhecimentos históricos em nossa sociedade, através da atuação nas escolas de ensino fundamental e médio. Eles terão de conferir um significado aos estudos históricos para crianças e adolescentes, o que não é tarefa fácil.

Através da consideração das muitas possibilidades em jogo a cada momento do passado, o professor evidencia o campo de ação do presente. Não somos independentes das condições em que atuamos, mas não nos encontramos enjaulados, pois a criação se realiza no diálogo dos sujeitos com os desafios de seu próprio tempo. Certamente somos cercados pelo abismo. A aleatoriedade tantas vezes muda os rumos que acreditávamos certos. A história não eliminará nossa angústia diante da precariedade da condição humana. Lembrando ainda o filme *A fita branca*, o historiador é como a irmã do menino, que não lhe oculta o mistério da finitude.

Considerar a possibilidade de criação também não se apresenta como garantia. Sempre podemos criar um mundo pior. Isso traz, entretanto, a dimensão da responsabilidade humana e a perspectiva revigorante da multiplicidade de nosso presente, e dos futuros possíveis a serem construídos. Enfim, tanto o enfrentamento da incompletude, como a dimensão da responsabilidade fazem da história mais que um conhecimento transformador: é também fonte de maturidade psíquica e autonomia social. Esse é um dos mais importantes sentidos da difusão da história na sociedade atual, em que o consumo desmedido tenta aplacar, sem sucesso, nossa sede de completude, em contextos de niilismo imediatista.

Disciplina que se situa entre os vivos e os mortos, entre o passado e o presente, a história nos possibilita nos diferenciar daqueles que nada mais podem fazer. Enfim, estamos vivos. Essa constatação é fonte de alegria e, nela, o devir se apresenta como tempo de ação, de usufruto das possibilidades disponíveis e de instituição social-histórica. A prática histórica se reafirma como uma elucidação interessada, feita *para* nós, "porque não existimos apenas para dizer o que é, mas principalmente para fazer ser o que não é" (CASTORIADIS 1982, p. 197).

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História, a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.

ARAUJO, Valdeí Lopes de (org.). **Teófilo Otoni e a Companhia do Vale do Mucuri**: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2007.

BATALHA, Claudio. **Le sindicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)**. Tese de doutorado – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Sorbonne. França, 1986.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- _____. **As encruzilhadas do labirinto**: os domínios do homem. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto**: o mundo fragmentado. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense-Edusp, 1982.
- _____. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa (1984). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre** (1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama**: reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo-Belo Horizonte: Iluminuras-UFMG, 1996.
- DUARTE, Regina Horta. O Aventureiro de Filadélfia: Theóphilo Ottoni e a conquista do Vale do Rio Mucuri. **Locus**, 4(2):109-120, Juiz de Fora, 1998a.
- _____. Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: OTONI, Teófilo. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri** (organização e notas de Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-38.
- _____. Facing the forest: European travelers crossing the Mucuri River Valey, Brazil, 19th century. **Environment and History**, 10(1):31-58, Isle of Harris (U.K.), 2004.
- _____. Histórias de uma guerra: os índios botocudos e a sociedade oitocentista. **Revista de História (USP)**, 139:35-54, São Paulo, 1998b.
- _____. **A imagem rebelde**: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Unicamp-Pontes, 1991.
- _____. **Noites circences**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Unicamp, 1995.

- DUBY, Georges. **Guilherme o Marechal, o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- DUTRA, Eliana; GROSSI, Yonne. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 65:77-108, Belo Horizonte, 1988.
- DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREUD, Sigmund. **Futuro de uma ilusão e O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FRIEIRO, Eduardo. **O romancista Avelino Fóscolo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição** (1976). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho, extração do homem: uma história de experiência operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária No Brasil, 1889-1930: documentos**. 2v. São Paulo: Alfa-Ômega; Brasiliense, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of the botocudo war in Late Colonial Brazil. **Hispanic American Historical Review**, 82(2):215-256, 2002.
- LARA, Sílvia. Trabalhadores escravos. **Trabalhadores**, 1:4-19, Campinas, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval** (1983). Lisboa: Edições 70, 1985.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LUIZETTO, Flávio. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920**. Tese de doutorado – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984. Mimeo.
- MALARD, Letícia. **Hoje tem espetáculo: Avelino Fóscolo e seu romance**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru-São Paulo: Edusc-Anpocs, 2004.
- MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A República consentida**. Rio de Janeiro: FGV-UFRJ, 2007.
- MLODINOW, Leonard. **O andar do bêbado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 53-102. (Trabalho originalmente apresentado no Museu Nacional/UFRJ, no Encontro da Associação Brasileira de Antropologia, out. 1982, mimeo.)
- PERROT, Michele. **Os excluídos**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIBEIRO, Renato Janine. O discurso diferente. **A última razão dos reis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 71-81.
- SANCHIS, Pierre. **Arraial, festa de um povo**. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- VOLKER, Paulo; CORDEIRO, Renato Caporalli; PURI, Victor José Bicalho. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: CASTORIADIS, C. **Revolução e autonomia**: um perfil de C. Castoriadis. Belo Horizonte: Cooperativa Editora de Cultura de Ciências Sociais, 1981.
- WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **Pioneiros alemães de Nova Filadélfia**: relatos de mulheres. Caxias do Sul: Ecucs, 1997.

132

Fontes

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1980.
- LEI n. 332, 3 abr. 1847. **Leis mineiras**. Ouro Preto: Typographia Impr. de B. S. P. de Souza, 1847. p. 63-65.
- MAXIMILIAN, Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1989.
- NUNES, Sebastião Machado. Relatório/Apenso C. In OTONI, Théophilo. **Relatório apresentado aos accionistas da Companhia do Mucury**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860. p. 58-72.
- OTONI, Théophilo. **A colonização do Mucury**: memória justificativa, em que se

explica o estado actual dos colonos estabelecidos no Mucury e as causas dos recentes acontecimentos naquella colônia. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.

_____. Notícia sobre os selvagens do Mucury. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, XXI:173-215, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1858.

_____. **Relatório apresentado aos accionistas da Companhia do Mucury**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

RENAULT, Victor. Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes feito por ordem do governo da Província. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, VIII(3/4):1.049-1.070, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, jul.-dez. 1903.

TSCHUDI, Jacob Von. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.

Filme

HANEKE, Michael. **Das weisse band**. Alemanha, 144 min, 2009.